A DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NOS "PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS" NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS-PB

Antonio Rodrigues Sobrinho Filho[1]

INTRODUÇÃO

A discussão sobre Educação Especial vai além do campo educacional, pois envolve um público que por muitos séculos esteve à margem da sociedade. Na educação, a discussão se intensificou nas últimas décadas com a mudança de concepções tidas como absolutas frente às demandas sociais. A mudança foi notória quando se transformou a visão reducionista sobre a Educação Especial, ou seja, quando se deu a quebra do sistema paralelo de ingresso doestudante com deficiência no ensino regular, para uma modalidade de ensino na premissa da inclusão escolar, caracterizando-se assim, numa Educação Especial Inclusiva.

A Educação Especial é entendida como "[...] modalidade de Educação Escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais". (BRASIL, 1996, art. 58). Assim sendo, a Educação Especial tem os mesmos objetivos da educação comum, diferenciando-se nas estratégias, procedimentos e adequações utilizadas na escola, de forma a atender as necessidades individuais dos estudantes, devido às limitações apresentadas pela deficiência, isso garantido no Art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quando apresenta que os sistemas de ensino assegurarão, para atender as necessidades dos educandos, dentre outros, currículos e métodos, técnicas.

Nesse liame, a Educação Especial encontra-se direcionada para oferecer serviços que oportunizem os estudantes, possibilidades de desenvolvimento,

[1] Graduado em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Mestrando do Programa de pós-graduação em Ciências da Teologia pela Enber University da Flórida (EUA). E-mail: antoniopedagogoufcg@gmail.com.

tornando a escola um espaço para todos, quebrando paradigmas preconceituosos, perpetuados dentro e fora dela ao longo dos séculos. Esses paradigmas se perpetuaram, devido ao modelo de sociedade e consequentemente de escola que se desejava, deixando à margem, um grupo de pessoas, que não se moldavam ao padrão desejado e neste, os estudantes com deficiência, já que a escola adotava uma proposta pedagógica sob um modelo uniforme. Na história a inclusão é um dos paradigmas vivenciados pelas pessoas com deficiência e faz parte da realidade atual, como um dos caminhos para a igualdade de oportunidade na diversidade. Em essência, na inclusão, "o sujeito é visto com potencialidade e há um esforço social para ajudá-lo a desenvolver seu potencial" (ABENHAIM, 2005, p.45). Isso significa que a inclusão impõe um desafio para a sociedade, quando diz do reconhecimento das diferenças e do oferecimento das oportunidades para o desenvolvimento de cada um, independentemente de suas características individuais, pois é preciso valorizar não apenas a igualdade de oportunidade.

Nessa perspectiva, a inclusão ultrapassa a inserção das pessoas nos espaços, significando o reconhecimento do ser, sobretudo o direito do ser cidadão. Neste sentido, escola "é aquela que pode realizar a 'cidadania do nós', rompe-se com a desigualdade e com o preconceito" (KRUPPA, 2003, p.26), pois o eixo estruturador de uma sociedade é uma escola inclusiva que não espera que a pessoa se adapte a ela, mas consegue trabalhar com a diversidade humana. (ABENHAIM, 2005). Ressignificar a escola para além do pedagógico, nos direciona para o projeto que a orienta e deve ser construído de forma coletiva, apresentando sua identidade, mostrando os pensamentos e concepções de todos. Um projeto que seja flexível e aberto a novas práticas, mas avesso a práticas discriminatórias.

A escola é um lugar de vida, sonhos e desejos. Para que esses sejam realizados, se faz necessário vencer diferentes desafios, entre os quais, se encontra o atendimento a diversidade existente. Para tanto, é preciso um esforço coletivo, onde todos sigam por um caminho que se materialize num projeto que exprima os anseios dos sujeitos. Neste liame, está contido o PPP,

um instrumento vivo, que vivido, gera conhecimento, reúne princípios e ideais pertinentes à pessoa, que diferente de coisa, se move na direção do "ser sujeito" como ser partícipe e transformador da sociedade. Assim "o Projeto Político Pedagógico é o instrumento que dá força e vida à realização das aspirações e desejos da escola [...]", (CALADO; SANTOS, 2014, p.35), escola que antes de tudo é composta por pessoas, e se mexe em prol das pessoas, sendo sua organização eixo principal dos quefazeres.

Neste liame, a construção do PPP "entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo" (VEIGA, 2018, p.1) é pertinente, pois, o como se dá sua construção é de suma importância, visto que se encaminha em diferentes concepções, aquelas que seguem uma linha de intenção mais fechada, discriminatória e excludente ou aquelas que seguem uma linha de intenção aberta, integral, sem repressão. As coisas serão revistas e reconduzidas em prol do bem comum.

METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa traz uma abordagem qualitativa, visto que "[...] não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques" (GODOY, 1995, p.21). Assim, optou-se pela pesquisa documental, pois

> [...] representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, [...] além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial (Idem, p.22).

Para apresentação dos resultados, perspectivando atender ao objetivo, a opção foi pela análise com abordagem qualitativa que em sua maioria optou-se por apresentar os escritos na integra, colocando-os, entre aspas.

A pesquisa foi realizada em 07 escolas da Educação Básica, situadas na zona urbana e pertencentes a rede de educação do município de Cajazeiras,

tomando como fonte os Projetos Políticos Pedagógicos. Das 07 escolas, em apenas 06 foram disponibilizados os PPPs para análise, e desses, apenas 02 (duas) apresentavam referência à educação Especial e/ou Inclusiva, os quais foram relacionados por ordem de análise. Os projetos analisados são do ano de 2012, isto é, os que estão em vigência nas escolas.

Os documentos analisados buscaram atender o objetivo da investigação de analisar como se apresenta a discussão sobre a Educação Especial inclusiva nos PPPs na rede municipal de ensino. Dos 06 Projetos Políticos Pedagógicos analisados, 04 não apresentaram nenhuma referência acerca da Educação Especial e/ou inclusiva. Dos 02 (dois) Projetos Políticos Pedagógicos analisados, o primeiro PPP traz um texto com o título "Inclusão na Educação," que descreve a Educação Especial como o "[...] objetivo de garantir oportunidades sócio educacionais à criança, promovendo o seu desenvolvimento e aprendizagem, ampliando dessa forma, suas experiências e conhecimentos e participação social." Seguindo-se, a discussão busca explicar a inclusão, em relação ao direito de acesso a informação, da família, ao apoio, orientação e tomada de decisões.

A investigação realizada a luz da abordagem qualitativa possibilitou analisar como se apresenta a discussão sobre a Educação Especial Inclusiva nos Projetos Políticos Pedagógicos numa rede municipal de ensino do município de Cajazeiras que segundo dados estatísticos apresentam uma população estimada de 63 mil habitantes.

O interesse partiu do olhar no campo empírico, por ser uma rede que vem anunciando o crescimento do número de estudantes com deficiência matriculados e ações para o atendimento, nos inquietando a questionar como se apresenta a discussão sobre a Educação Especial Inclusiva nos PPPs na rede municipal de ensino. Assim, buscou-se, a partir da análise dos documentos, responder à questão problematizadoras, na premissa de contribuir para ampliar a discussão sobre a temática e favorecer a reflexão sobre a importância do tema inclusão no PPPs das escolas.

Os quatro projetos analisados que não demostram a discussão da

educação inclusiva, apresentam um subtítulo, Educação Inclusiva, mas não apresenta discussão que justifique o título, mostrando sua exclusão na construção do projeto. Os projetos em sua maioria apenas fazem referência a inclusão de forma eventual, sendo citado apenas num anexo do documento no tópico "projetos e programas desenvolvidos na escola", mas não apresentou de que forma a educação inclusiva estava presente. Evidencia-se assim que é um instrumento que não apresenta as aspirações e desejos da escola, como expresso por Calado e Santos (2014). Isso posto, fica evidente na análise do PPP, ausência da temática alvo dessa pesquisa, bem como de outros elementos essenciais para que possa ser considerado um projeto de escola.

CONSIDERAÇÕES

As evidências apontam a fragilidade na construção dos projetos, pelas estruturas apresentadas. Desconhecimento dos sujeitos sobre a importância do PPP, devido ausência de informações que deveriam constar no corpo do trabalho. (1) Afastamento de uma dinâmica de avaliação periódica do projeto, haja vista o período que os PPPs foram construídos. (2) Desuso do PPP, tornando-o um instrumento estanque. (3) Ausência da discussão sobre a Educação Especial Inclusiva na maioria dos PPPs e/ou insipiência na maioria nas discussões.

Os resultados da análise evidenciam a necessidade de ampliar a discussão a respeito da inclusão e, sobretudo, criar espaços de discussão para avaliação dos PPPs nas unidades de ensino, apesar de compreendermos a dificuldade para construção do PPP. Dessa forma, sugere-se formação sobre a estrutura e concepção do PPP, para os sujeitos da escola. Uso, revisão e avaliação periódica do PPP. Inclusão de discussão sobre Educação Especial Inclusiva de forma a garantir o direito de todos os estudantes e o atendimento à diversidade.

REFERÊNCIAS

ABENHAIM, E. Os caminhos da inclusão: breve histórico. *In*: MACHADO, A. M. [et al]. **Psicologia e direitos humanos**: educação inclusiva **-** Direitos Humanos na Escola. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

BRASIL**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96**. Brasília, 1996.

CALADO, M. J.; SANTOS, C. V. A Gestão Democrática na Visão dos Gestores de Escolas Municipais de Igarassu, Consonância com a Teoria? *In*: BOTLER, A. H.; ARRUDA, A. L. B.; SANTOS, J. E. (Org.). **Gestão escolar em redes**: tecnologias e mecanismos democratizadores. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. A abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de se realizar pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. **Revista de Administração de Empresas São Paulo**, v.35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

KRUPPA, S. M. P. As linguagens da cidadania. *In*: SILVA, S.; VIZIM, M. (Org.) **Educação especial**: múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

VEIGA, I. P. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, I. P. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.p.11-35. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acesso em: 04/06/2021.